



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS E MULTIDISCIPLINARES - CEAM
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INFÂNCIA, JUVENTUDE
E DIVERSIDADE**

GIORDANI EMANUELE CARVALHO LIMA

**Assistência Estudantil em xeque: Conflitos e Condições Determinantes
para a Permanência dos Estudantes na Universidade de Brasília - UnB.**

BRASÍLIA

2020

GIORDANI EMANUELE CARVALHO LIMA

**Assistência Estudantil em xeque: Conflitos e Condições Determinantes
para a Permanência dos Estudantes na Universidade de Brasília - UnB.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares -
CEAM/UnB, como requisito parcial para a
obtenção do título de Especialista em Políticas
Públicas, Infância, Juventude e Diversidade
Orientador: Professor Dr. Vicente de Paula
Faleiros.

BRASÍLIA

2020

Lima, Giordani Emanuele Carvalho.

Assistência Estudantil em xeque: Conflitos e Condições Determinantes para a Permanência dos Estudantes na Universidade de Brasília – UnB/Giordani Emanuele Carvalho Lima. – Brasília, 2020.

Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares- CEAM.

Orientador: Professor Dr. Vicente de Paula Faleiros.

GIORDANI EMANUELE CARVALHO LIMA

**Assistência Estudantil em xeque: Conflitos e Condições Determinantes
para a Permanência dos Estudantes na Universidade de Brasília - UnB.**

COMISSÃO EXAMINADORA

Professor Dr. Vicente de Paula Faleiros

Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares - CEAM

Universidade de Brasília

(Orientador)

Professora Dra. Clarice Aparecida dos Santos

Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares - CEAM

Universidade de Brasília

(Membro Titular)

BRASÍLIA

2020

AGRADECIMENTOS

Agradecer faz bem à vida, enaltece a boa vontade e também estimula as boas relações. Ao retribuirmos gestos de afeto e de compreensão devolvemos um pouquinho da nobreza e do carinho encontrados pelo caminho chamado vida. Nenhuma palavra que eu use aqui expressará o tamanho do amor que tenho por cada um de vocês que sempre estiveram ao meu lado ou os que conheci por pouco tempo que seja. Gratidão meu Deus querido, pelo dom da vida, pelo cuidado e carinho que tens para comigo e o zelo com que derramas a tua divina fonte de amor em minha direção!

Aos meus queridos pais, Ariovaldo Batista Lima e Célia Régia Sabóia Carvalho, pelos conselhos maravilhosos e dedicação que por mim tiveram no cuidar e amar.

Aos meus irmãos: Ângela Ariadene Carvalho Lima, Jefferson Clapton Carvalho Lima e Marratma Gandhi Carvalho Lima, agradeço por fazerem parte da minha vida e mesmo de longe, mandarem boas energias.

Filhos amados, filhos desejados e por mim tão queridos, Neudo Carvalho de Paula e Ruth Daniele Carvalho Lima, dedico todo meu esforço e este trabalho a vocês. Agradeço por entenderem a ausência da mamãe, a imperfeição e, sobretudo, a nossa união no amor maior que é nossa família.

Ao meu querido orientador Professor Dr. Vicente de Paula Faleiros, pela escuta atenciosa, pela compreensão nos momentos de maior vulnerabilidade, por todos os ensinamentos, e também a todos os professores do curso de especialização EPPIJD, especialmente a Professora Dra. Clarice Aparecida dos Santos.

Agradeço a todos os amigos do Curso de Especialização em Políticas Públicas, Infância, Juventude e Diversidade da Universidade de Brasília, em especial a Jaqueline Domiense de Souza, a Paula Maria Araújo dos Santos, a Danielle de Oliveira Atta, grupo maravilhoso de estudos e orientação.

Agradeço às amigas Érica Melo, Camila Henrique, Rosilene Xavier e ao amigo João Roberto por todo apoio que me deram.

Agradeço!!!!

“Os homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram.” (Marx, 2011, p. 25)

RESUMO

O presente trabalho trata das relações objetivas e subjetivas entre discentes e Assistência Estudantil no âmbito da educação superior na Universidade de Brasília. O direito à assistência estudantil e inter-relações entre cidadania e vulnerabilidade socioeconômica provoca a discussão sobre os conflitos e as condições de permanência que refletem diretamente na vida dos discentes atendidos pela Assistência. A metodologia deste estudo consiste de dois momentos: a) um levantamento bibliográfico elaborado por estudos que tratam sobre o tema em tela com um recorte temporal dos anos 2014 a 2019; b) um estudo quali-quantitativo com um universo amostral de 1.859 estudos socioeconômicos solicitados no 1º semestre, e de 1.996 no 2º semestre do ano de 2018. Este estudo mostrou que: há um direito considerando todos os aspectos desde a implementação do PNAES (Plano Nacional de Assistência Estudantil), e antes dele ainda, com a instituição do REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), Lei de Cotas, que tenta dirimir o evidente agravamento das expressões da questão social. Evidentemente, com a expansão das vagas, houve o aumento da demanda pela assistência estudantil advinda da vulnerabilidade que é estrutural e estruturante da nossa sociedade. Deste modo, com o tensionamento que a conjuntura socioeconômica brasileira impõe com a redução e cortes nos recursos para as políticas de educação, os profissionais da assistência estudantil fazem uma seleção condicionada, e nessas condições, é um desafio e também um impasse estudar nessas circunstâncias.

Palavras-chave: Assistência Estudantil; Vulnerabilidade Socioeconômica; Direitos Sociais.

ABSTRACT

The present work deals with the objective and subjective relations between students and Student Assistance in the scope of higher education, at the University of Brasília. The right to student assistance and the interrelationships between citizenship and socioeconomic vulnerability provokes a discussion about conflicts and conditions of permanence that directly reflect on the lives of students assisted by Assistance. The methodology of this study consists of two moments: a) a bibliographic survey prepared by studies that deal with the topic on screen, with a time frame from the years 2014 to 2019; b) a qualitative and quantitative study with a sample universe of 1.859 socioeconomic studies requested in the 1st semester and 1.996 in the 2nd semester of 2018. This study showed that: there is a right considering all aspects since the implementation of the PNAES (National Student Assistance Plan) and even before that with the institution of REUNI (Program to Support Federal University Restructuring and Expansion Plans), the Quota Law, which tries to resolve the evident worsening of the expressions of the social issue. Evidently, with the expansion of vacancies, there was an increase in the demand for student assistance due to the vulnerability that is structural and structuring in our society. Thus, with the tension that the Brazilian socioeconomic environment imposes, with the reduction and cuts in resources for education policies, student assistance professionals make a conditioned selection, and under these conditions, it is a challenge and also an impasse to study in these circumstances.

Keywords: Student Assistance; Socioeconomic Vulnerability; Social Rights.

LISTA DE SIGLAS

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

BCE – Biblioteca Central da Universidade de Brasília

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

DAC – Decanato de Assuntos Comunitários

DDS – Diretoria de Desenvolvimento Social

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

EPPIJD – Especialização em Políticas Públicas, Infância, Juventude e Diversidade

IBICT – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

PNAES – Plano Nacional de Assistência Estudantil

PAS – Programa de Avaliação Seriada

PPAES – Participante dos Programas de Assistência Estudantil

REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SCIELO – Scientific Electronic Library Online

SISU – Sistema de Seleção Unificada

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UnB – Universidade de Brasília

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 – Bases de dados pesquisados sobre o tema	17
QUADRO 02 – Revisão de literatura	17
QUADRO 03 – Número e tempo de seleção Processos Seletivos de demandas para os Programas da Assistência do primeiro e segundo semestre de 2018	28
QUADRO 04 – Programas e Auxílios disponibilizados pela DDS/UnB	31
QUADRO 05 – Temáticas ressaltadas para a não permanência na Universidade	36

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1: REFERENCIAL TEÓRICO	16
1.1. O estado do conhecimento sobre a relação entre permanência e direito à assistência	16
1.2. Cidadania: a assistência estudantil como direito a ter direitos.....	21
1.3. Direito à Assistência Estudantil: Vulnerabilidade Socioeconômica e a negação da cidadania	23
CAPÍTULO 2: METODOLOGIA	26
2.1. Pressupostos teóricos	26
2.2. Notas metodológicas	27
CAPÍTULO 3: RESULTADOS E DISCUSSÃO	29
3.1. Eixo 1: Condições de acesso e redução de direitos	29
3.2. Eixo 2: Conflitos que impactam a permanência dos discentes na UnB	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	44
ANEXO	49

INTRODUÇÃO

O direito à assistência estudantil no contexto da educação superior, se estruturou a partir da mobilização conjunta e de pressão política de vários setores da sociedade que ao longo do tempo lutam e reivindicam a materialização e efetivação plena do direito à educação e, por conseguinte, da permanência nos estudos, dos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, segundo Nascimento (2018, p. 02), a partir dos anos 2000.

Destaca-se essa década, principalmente pelo conjunto de ações que estruturaram em âmbito nacional, uma política educacional de ensino superior (democratização do acesso), com várias contribuições da legislação, como portarias e decretos, que expandiram as vagas e mais ainda, possibilitaram o ingresso e a permanência dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica para a conclusão de seus cursos (BRASIL, 2007).

O ponto de partida para a contextualização do tema é a redemocratização da educação superior no Brasil, com expressivo aumento do ingresso de discentes advindos da ampliação do acesso às Universidades e Institutos Federais e sua interiorização com a implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), efetivado pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 (BRASIL, 2007).

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi instituído pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pelo Decreto nº 7.234, de 10 de julho de 2010, e se constituiu em um recurso de acessibilidade, desenvolvimento das condições de permanência, incentivo à formação e de promoção de cidadania dos estudantes que se encontravam em vulnerabilidade socioeconômica, reforçando o entendimento de que essa Política Social e de Educação Superior é um direito (BRASIL, 2010).

A implementação da Lei de Cotas (Lei nº 12.711/12) permite uma reserva de 50% dos estudantes advindos da escola pública, dentre outros mecanismos de acesso, tais como: o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o Sistema de Seleção Unificada (Sisu) e o Programa de Avaliação Seriada¹ (PAS), aceitos como forma de ingresso nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Com isso houve um forte aumento nas matrículas, transformando significativamente o perfil dos discentes (ANDIFES, 2019; BRASIL, 2012; RISTOFF, 2014).

¹ O Programa de Avaliação Seriada – PAS é um Programa específico da Universidade de Brasília que também promove a entrada de discentes no ensino superior ao longo dos três anos do ensino médio, com uma prova por ano. Cebraspe, 2019. O que é o PAS. Disponível em: <<https://www.cebraspe.org.br/pas-unb/>>. Acesso: 27/02/2020.

Perceber a Política de Permanência que é seguida pela Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS/DAC) permite tecermos reflexões sobre os instrumentos institucionais utilizados para a seleção dos estudantes, visando, nesse sentido, a permanência e conclusão dos cursos para a obtenção do diploma. Com a instituição do REUNI, a Universidade de Brasília (UnB) adere ao programa durante a sua primeira fase, segundo o Relatório do Primeiro Ano de Implementação (MEC/SESu/DIFES, 2009).

Os instrumentos são os recursos essenciais que incidem na promoção do direito à assistência. Entretanto, preparar, executar e garantir a inclusão social pode resultar em conflito e uma relação de poder desfavorável aos estudantes. Nesse sentido, os Programas ofertados pela Assistência Estudantil da Universidade de Brasília materializam esses direitos, porém, como aponta Faleiros (2006, p. 02) “os processos de inclusão e exclusão vão se estabelecendo numa correlação de forças”.

Na Universidade de Brasília, conforme Ribeiro (2012), havia sido previsto um serviço de assistência social para a prestação de assistência estudantil ao discente vulnerável. Segundo Barbosa (2015, p. 50), foi criada a residência universitária assim como foram disponibilizadas bolsas que subsidiaram os custos daqueles em situação de vulnerabilidade. “Percebe-se assim, que a assistência estudantil da UnB foi criada concomitantemente com a instituição”. Conforme a página da Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS/DAC):

“Em 1994, foi aprovada a estrutura organizacional da Diretoria de Desenvolvimento Social pelo Ato da Reitoria nº 429/1994, em substituição à Diretoria de Serviço Social, que havia sido criada pelo Ato da Reitoria nº 429/1986. Compete à Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS) assessorar o Decanato de Assuntos Comunitários (DAC) no planejamento, implantação, operacionalização e monitoramento dos programas, projetos e ações da Política de Assistência Estudantil desenvolvidas na Universidade de Brasília (UnB)” (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, [S.I.], 2016).

A DDS/DAC é a responsável pelo planejamento e execução dos programas sociais ofertados e busca a redução das desigualdades e o incentivo à permanência. Barbosa (2015, p. 63-64) salienta que a Assistência Estudantil da UnB é organizada através de um conjunto de programas e práticas que tem por finalidade a garantia de direitos e de cidadania aos discentes.

A Política de Assistência Estudantil alia-se a duas políticas públicas de Estado, a saber: a política pública de Assistência Social e a Política de Educação. Souza (2017, p. 17-18) afirma que ambas estão intrinsecamente relacionadas, mesmo que indiretamente, a

partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), a qual valida a universalização do atendimento, sustenta-se nos princípios de democratização do acesso, permanência e qualidade social, e abrange a assistência estudantil no âmbito da efetivação desse direito.

A justificativa deste Projeto reside, não apenas na possibilidade de produção de conhecimento sobre a temática, a partir da análise específica do conhecimento da realidade local (UnB), mas também, na compreensão dos conflitos e dos fatores que contribuem fortemente para a manutenção/permanência dos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica ou o que provoca a evasão da Universidade se não forem atendidos através das Políticas de Permanência.

O presente trabalho vai ao encontro da Política de Permanência dos Estudantes da UnB em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A definição e o interesse no tema da pesquisa não se estabelece de modo imparcial, surge das inquietações da pesquisadora nos dois anos em que foi estagiária na Diretoria de Desenvolvimento Social (DDS/UnB), onde se planejam e se executam os Programas de Assistência aos Estudantes que são de responsabilidade do Decanato de Assuntos Comunitários (DAC).

Procuramos evidenciar a partir da investigação ora proposta, como o campo de conflito que permeia o objeto de estudo se manifesta, considerando o quanto as diferentes pressões advindas da sociedade, família e da própria Universidade, influenciam e impactam a permanência destes discentes.

O conjunto de fatores que determina as pressões que esbarram diretamente na efetivação dos direitos dos estudantes reforça a necessidade deste estudo, haja vista que esses direitos já estão previstos em Lei, a partir da Constituição Federal. Dessa forma, o conhecimento que será produzido é de suma importância para o entendimento das questões levantadas, contribuindo para futuras intervenções, além de se constituir futuramente em fonte de pesquisa.

A pergunta que norteia este trabalho é: Quais são as condições que determinam a Permanência no Ensino Superior na Universidade de Brasília, dos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica?

O objetivo geral deste trabalho é: Analisar a assistência estudantil a partir dos conflitos e das condições determinantes para a Permanência dos Estudantes na Universidade de Brasília – UnB. Para o alcance do objetivo geral, elencamos como objetivos específicos:

- Quantificar o somatório de vagas ofertadas nos Programas da assistência estudantil, no ano de 2018, primeiro e segundo semestres, e a demanda reprimida nos Programas;
- Levantar e analisar as condições de Permanência dos discentes;
- Identificar os principais conflitos sofridos pelos discentes, tecendo uma reflexão a partir dessa percepção.

Com o intuito de discutirmos esta temática, organizamos o quadro teórico que fundamenta esta pesquisa em duas seções. Na primeira seção apresentamos o conceito de a “**Cidadania**”. Na segunda seção discorremos sobre a “**Vulnerabilidade Socioeconômica e o Direito à Assistência Estudantil**”. No segundo capítulo descrevemos os percursos metodológicos, seguido dos resultados e discussão, e por fim, uma guisa de conclusão.

CAPÍTULO 1: REFERENCIAL TEÓRICO

Neste trabalho vamos discutir os conceitos de direito à assistência estudantil e inclusão social no ensino superior. De modo geral, a assistência estudantil engloba um conjunto de ações e programas que contribuem de maneira significativa na manutenção do discente na universidade, viabilizando recursos para atender suas necessidades de forma que colabore com a conclusão de seus estudos e evite sua evasão.

Para compreendermos nosso objeto de análise, embasamo-nos no levantamento realizado pela ANDIFES, a “V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES – 2018” (BRASÍLIA, 2019, p. 9), que identifica um conjunto de informações referentes ao perfil dos estudantes que acessam a assistência estudantil, com dados desde a origem sociodemográfica até as dificuldades estudantis e emocionais, sendo até o presente momento a mais completa sobre a temática.

Lidar com uma temática ora vista como benesse do Estado ora como direito pleno, nos deparamos ao **como** esse direito está sendo acessado. O como está intrinsecamente relacionado aos fatores objetivos quanto à subjetividade, portanto, em todo o trabalho, a teoria relacional de Bourdieu (1989; 1992; 2009) permeia nosso objeto de estudo.

Sobre o campo de disputas e do espaço simbólico onde estão inseridas as relações de poder discente/assistência, nos apoiamos em Faleiros (1991; 2006; 2007; 2008; 2010; 2011 e 2013), para também definir o conceito de inclusão social e aprofundarmos o conceito de cidadania.

1.1. O estado do conhecimento sobre a relação entre permanência e direito à assistência

Sobre os conceitos, encontramos as seguintes referências sobre o estado do conhecimento que para Morosini e Fernandes (2014, p. 155) “é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área (...)”. Nesse intuito, serve para compreensão de como está o campo do saber sobre o objeto de estudo, elevando o conhecimento e também para se constatar as lacunas que possam existir.

Para a composição do estado do conhecimento sobre o tema de pesquisa foi realizado uma busca nos principais sítios eletrônicos dos bancos de teses e dissertações, além do Repositório Institucional da UnB (RIUnB) e periódicos, tendo como recorte temporal os anos de 2014 a 2019. Utilizamos os seguintes descritores: Política de Permanência; Assistência Estudantil e Vulnerabilidade Socioeconômica.

QUADRO 01: BASES DE DADOS PESQUISADOS SOBRE O TEMA			
Bases de Pesquisa	Tese	Dissertação	Artigo
SCIELO	-	-	4
IBCIT	1	2	-
CAPES	-	-	-
BCE-UnB	-	2	1
TOTAL:	10		
FONTE: Elaborado pela autora a partir da análise dos documentos.			

- Número de resumo de artigos, teses e dissertações lidos nas bases de pesquisa supracitadas: **76**.
- Artigos, teses e dissertações excluídos: **66 (Razão da exclusão: Fora dos critérios escolhidos)**. Essa alta exclusão reforça a necessidade de aprofundamento da temática.

Os critérios de exclusão foram definidos a partir do objetivo geral deste trabalho, qual seja, os conflitos que possam existir entre discente/assistência e as condições objetivas/subjetivas que determinam a permanência no ensino superior. Elencamos no quadro abaixo, as pesquisas encontradas e estabelecemos como limite 10 produções científicas, devido ao tempo exíguo para o aprofundamento teórico.

QUADRO 02: REVISÃO DE LITERATURA					
Item	Referência	Tema	Tipo de pesquisa	Métodos	Resultados
01	IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na	Problematizar a trajetória histórica dessa política no Brasil até a	Pesquisa bibliográfica.	Pesquisa bibliográfica.	Assistência estudantil como um direito social – Houve avanço no
			Universo Estudado		

	educação superior brasileira. Serviço Social & Sociedade , n. 129, p. 285 -303, 2017. Artigo	implementação do PNAES.	PNAES, permanência, direito social e política pública.		reconhecimento desse tema.
02	PAULA, M. F. C. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. Avaliação. 2017; 22 (2): 301-15. Artigo	O artigo tem como objetivo discutir as políticas de democratização adotadas nas universidades federais brasileiras.	Revisão bibliográfica e análise documental.	Estatísticas e reflexões sobre a temática.	Problematiza a inclusão de novos perfis de estudantes em um modelo de universidade.
			Universo Estudado		
			Educação superior.		
03	MACHADO, Jardel Pelissari; PAN, Miriam Aparecida Graciano de Souza. Direito ou benefício? Política de assistência estudantil e seus efeitos subjetivos aos universitários. Estudos de Psicologia (Natal), v. 21, n. 4, p. 477-488, 2016. Artigo	Analisou-se os efeitos subjetivos da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).	Entrevistas e grupos focais.	Pesquisa qualitativa.	Analisou-se os efeitos subjetivos da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) aos estudantes de uma universidade federal brasileira, a partir de uma leitura bakhtiniana.
			Universo Estudado		
			10 entrevistas e 2 grupos focais com 16 estudantes participantes dos Programas da Assistência Estudantil da Universidade Federal do Paraná.		
04	RISTOFF, Dilvo. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, v. 19, n. 3, 2014. Artigo	Perfil socioeconômico do estudante de graduação do campus brasileiro.	Qualitativa e documental.	Questionário socioeconômico do Exame Nacional de Desempenho do Estudante (Enade).	A partir do terceiro ciclo do Enade já é possível confirmar a mudança de perfil socioeconômico dos estudantes de graduação, os discentes são advindos da classe trabalhadora com aumento da presença de pretos, pardos e indígenas.
			Universo Estudado		
			Os dados analisados no trabalho se referem ao QSE aplicado nas áreas avaliadas durante os três primeiros ciclos completos do Enade.		

05	ALBUQUERQUE, Larissa Cavalcanti de. Assistência estudantil como política de permanência na UFPB. 2017. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.	Assistência estudantil como política de permanência na UFPB.	Qualitativa do tipo estudo de caso.	Observação assistemática; entrevista semiestruturada e da análise documental.	O resultado da pesquisa confirma a necessidade da assistência estudantil como fator de justiça redistributiva.
			Universo Estudado		
			Entrevista com 11 Discentes, documentos e observação.		
06	Pessoni, Ludmylla Ribeiro. O direito à educação e a mediação da assistência social no IFG: uma simbiose necessária. 2016. [176 f.]. Dissertação (Programa de Pós-Graduação STRICTO SENSU em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, [Goiânia - GO].	Investigar a objetivação do direito à educação aos estudantes atendidos pela política de assistência social do IFG.	Realizou-se um estudo bibliográfico, pesquisa documental e empírica.	Entrevistas semiestruturadas com os estudantes usuários do auxílio estudantil do IFG.	Relação entre educação, trabalho e as políticas sociais e a compreensão da educação e a de assistência social na sociedade capitalista.
			Universo Estudado		
			Os documentos analisados foram os regulamentos e regimentos do IFG, os questionários socioeconômicos dos usuários dos auxílios e o relatório de desenvolvimento acadêmico desses alunos.		
07	Pinto, Gisele; SALVADOR, Andréia Clapp. A política de assistência estudantil da UFF em duas faces: a institucionalidade dos processos e as perspectivas da demanda estudantil. 2015. Tese de Doutorado. PUC-Rio.	Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) em 2007	Análise documental	Análise documental no âmbito da UFF e análise de dados quantitativos e qualitativos.	O estudo destaca o fato das ações promovidas pela UFF se apresentarem em elevada consonância com o que fora definido na normativa do PNAES.
			Universo Estudado		
			Documentos.		

08	POZOBON, Luciane Leoratto et al. Políticas de assistência estudantil da Universidade Federal de Santa Maria/RS: estratégias de permanência do estudante na educação superior. 2019. Dissertação	Tem como objetivo geral reconhecer as estratégias de permanência do estudante na educação superior.	Qualitativa e quantitativa	Abordagem mista quali-quantitativa.	A grande importância das ações de assistência estudantil para os estudantes que recebem o auxílio socioeconômico.
			Universo Estudado		
			480 questionários de estudantes atendidos pela assistência estudantil.		
09	DA CONCEIÇÃO BRAGA, Cilene Sebastiana; DE SOUSA CHAVES, Jacqueline Suellen. As contradições da assistência estudantil no contexto das contrarreformas. Temporalis , v. 18, n. 35, p. 173-195, 2018. Artigo	Verificar sua configuração e contradições no âmbito da política social, compreender a universidade e a Assistência Estudantil no neoliberalismo.	Reflexões e dados analíticos.	Análise quali-quantitativa.	Foi possível apreender que apesar do auxílio Permanência em sua abrangência se demonstrar mínima, diante das demandas dos estudantes ela se mostra imprescindível para a conclusão da graduação dos discentes participantes.
			Universo Estudado		
			37 Discentes que requereram a renovação do auxílio do Programa Permanência da Universidade Federal do Pará.		
10	BARBOSA, Amanda Veloso. Sobreviver e/ou me graduar? Os limites do Programa Auxílio Socioeconômico da Universidade de Brasília do ponto de vista de seus/suas beneficiários/as. 2015. Dissertação	Analisar o Programa Auxílio Socioeconômico contribui para a permanência do estudante em condição de vulnerabilidade socioeconômica na UnB.	Pesquisa qualitativa.	Revisão bibliográfica, análise documental e questionários.	O estudo revelou o conflito entre o que os/as estudantes compreendem em relação ao que é qualidade da educação daquilo que é previsto na legislação da Universidade de Brasília.
			Universo Estudado		
			104 docentes e 330 estudantes que responderam ao questionário da pesquisa.		
FONTE: Elaborado pela autora a partir da análise dos documentos.					

O tema ora proposto, apesar de ser amplamente pesquisado no sentido da permanência dos discentes vulneráveis, não contempla o foco que damos ao mesmo. Vale ressaltar, que em apenas um trabalho os **conflitos subjetivos** são identificados no artigo intitulado “Direito ou benefício? Política de assistência estudantil e seus efeitos subjetivos

aos universitários” dos autores MACHADO, Jardel Pelissari; PAN, Miriam Aparecida Graciano de Souza. **Estudos de Psicologia (Natal)**, v. 21, n. 4, p. 477-488, 2016.

O que podemos concluir, a partir da revisão sistemática da literatura e do quadro teórico acima é que muito mais que um direito previsto na legislação e reconhecido pelas IFES, inclusive ao que tange a liberdade das Instituições em normatizar seus próprios instrumentos de inserção do alunado atendido e a execução da Política de Permanência, o PNAES preconiza e oferece uma gama de programas em termos de assistência, que vão desde alimentação, moradia, saúde, esportes e apoio pedagógico, dentre outros.

Nesse sentido, como locus privilegiado de análise, a inclusão dos discentes nos programas é contraditória, pois se materializa a partir da exclusão que acontece através dos critérios de seleção, evidenciando o caráter compensatório e não universalista do mesmo, agindo de maneira focalizada e seletiva. Mesmo assim, e apesar das evidentes condicionalidades de acesso à participação, este se solidifica como direito e garante a Permanência na Universidade, colaborando para a promoção desse nível educacional a quem sofre com os efeitos das desigualdades sociais.

1.2. Cidadania: a assistência estudantil como direito a ter direitos

O reconhecimento da cidadania no contexto da assistência estudantil é feito quando garantimos a efetividade das ações no atendimento aos estudantes quando ingressam na educação superior, pois, ao tentar acessar o direito, o estudante procura os setores que coordenam os programas e ações de assistência estudantil e se deparam com várias demandas que vão desde o tempo de espera pela abertura dos editais, documentos comprobatórios que o caracterize como vulnerável, demora dos prazos de realização e em muitos casos, desinformação sobre o próprio direito.

A educação é positivada desde a Constituição Imperial de 1824 (Imperator, 2017, p. 285) e como direito, a partir da Constituição Federal de 1988, especificamente no artigo 205, “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família” e visa “o pleno desenvolvimento da pessoa, **seu preparo para o exercício da cidadania** e sua qualificação para o trabalho” e a Assistência Estudantil, como marco teórico do direito está descrito no artigo 206, “a igualdade de condições de acesso” e por conseguinte “à permanência”. (BRASIL, 1988, grifos nossos).

Faleiros (2010, p. 277) diz que a construção da cidadania se articula à construção da política, compreendida como convenções e direitos de vivência comum, “de relação entre si e o outro, de relação entre grupos, num determinado território e cultura de convívio como

“polis”, com interesses e normas definidos para todos os que sejam reconhecidos como membros de uma sociedade”. Nesse sentido, há o reconhecimento a partir da Assistência Estudantil, especificamente da DDS/DAC, quando esta promove seus projetos e ações nos quais seus documentos elaboram como objetivo, a cidadania dos discentes (DDS/DAC, 2018, p.05).

O principal objetivo da Diretoria é promover assistência estudantil como **direito de cidadania a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica** por meio de programas, projetos e ações de incentivo à permanência e conclusão do ensino superior com sucesso. (grifos nossos)

De acordo com Gentili (2002, p. 42), este entendimento perpassa a compreensão sobre o direito civil, tal como a finalidade proteger “o cidadão do poder do Estado, o direito político como aquele que estabelece os mecanismos de participação no Estado e os direitos sociais como direitos a serem garantidos pelo Estado”.

Para Bobbio (1986, apud Gentili, 2002, p. 42), a cidadania está intimamente relacionada à democracia em maior ou menor grau, pois, temos democracias em diferentes níveis de desenvolvimento. Esta percepção, depreende a noção da ampliação e a expansão dos direitos civis, políticos e sociais, ou seja, “a sociedade dos cidadãos”.

Assumimos neste texto, a definição de cidadania a partir de Faleiros (2010, p. 275), que considera “a cidadania como inclusão das pessoas na esfera pública do direito, ao mesmo tempo como sujeitos participantes da definição dessa esfera, como atores produtores de si mesmos e como credores do Estado em proteção individual e coletiva”.

Essa construção da cidadania é um processo histórico, não linear e sempre em movimento, pois, compreende-se o cidadão integral como aquele que possui participação nas três esferas do direito, na sociedade e Estado (civis, políticos e sociais), porém, pode na visão do autor (2010), sofrer retrocessos, posto que não é algo natural, ainda quando a questão da desigualdade no Brasil aprofunda a discussão no processo de uma inclusão que se torna excludente, onde o não reconhecimento dos direitos se estabelece como uma negação da própria cidadania.

O Estado, nesse sentido, constrói e reconstrói quem de fato pode vir a ser ou não cidadão, pois, quando vinculamos a trajetória de vida dos sujeitos que dependem deste mesmo Estado para ter garantido seus direitos, nos deparamos com a desigualdade estrutural e estruturante do nosso corpo social, mostrando que as particularidades de formação do senso comum, naturalizam o complexo processo de desigualdades

combinadas, que aprofundam, a nosso ver, a subcidadanização, pois, nem todos são considerados cidadãos na vida real.

“O pressuposto fundamental para se entender a questão da relação entre juventude, escola, trabalho e sociedade é de que as condições e trajetórias do jovem se articulam à desigual estruturação econômica, social e política historicamente dada como capitais sócio/político/econômico/culturais” (FALEIROS, 2008, p. 65).

Com o reconhecimento político dos direitos sociais a partir da Constituição cidadã (Brasil, 1988), em seu artigo 6º, que trata dessa temática, o Estado social passa a reconhecer a inclusão de pessoas vulneráveis ou “a assistência aos desamparados”, na forma da lei. Faleiros (2010) conta que é nesta articulação de enfrentamento da desigualdade que construímos o sentido real da cidadania, onde o sujeito será o protagonista da própria história, dentro de uma correlação de forças instituídas e instituintes.

A construção da cidadanização para Faleiros (2010) é um movimento não linear, reconhecendo os sujeitos participantes da estruturação de sua história através da “participação política, e da garantia do exercício da autonomia do sujeito e das condições para que ela se efetive, num Estado e numa sociedade de direitos democraticamente construídos”.

“A *cidadanização* traduz as relações entre governantes e governados, dominantes e dominados na dinâmica do instituído e do instituinte. O instituído pela lei é também cambiante na história ao absorver o instituinte, o protesto, o questionamento, as propostas vindas por pressão” (FALEIROS, 2010).

O direito é negado enquanto se mantém a vulnerabilidade em suas várias expressões, pois o exercício da cidadania como já vimos acima se faz em três esferas: no civil, no político e no social. Nesse contexto, sem acesso pleno aos direitos mínimos, há interferência direta na capacidade de gerar transformações sociais que emancipem de fato os sujeitos. Os impactos se mostram de forma objetiva e subjetiva, Faleiros (2006, p. 54) explicita que a questão da justiça social implica necessariamente “a visibilidade da injustiça e a denúncia das relações injustas, como ato político, na explicitação do conflito e construção do pacto social redistributivo”.

1.3. Direito à Assistência Estudantil: Vulnerabilidade Socioeconômica e a negação da cidadania

O conceito de Vulnerabilidade individual, social e econômica é visto a partir da exposição da população aos elementos de exclusão social, advindos também das condições de desigualdade e negação dos direitos sociais, ou seja, há uma multideterminação em sua origem, além de estar atrelada à desigualdade e/ou fragilidade no acesso a bens e serviços públicos. As causas da vulnerabilidade se relacionam em uma conexão com os enfoques: econômico, de saúde, de educação, dentre outros, que interferem diretamente nas condições concretas de materialidade dos sujeitos (MONTEIRO, 2012; COSTA e MARGUTI, 2015; CARMO e GUIZARDI, 2018; CASTRO e ABRAMOVAY, 2002).

A desigualdade, de acordo com Campello et al (2018, p. 55) é entendida como um fenômeno multidimensional associada a outros fatores, onde uma parcela da população é excluída de direitos básicos. Para os autores (p. 56), essa disparidade de condições deriva sempre de uma relação política capaz de ser “enfrentada pela ação do Estado e afirmada pelas lutas coletivas por direitos, cujo efeito democrático pode ser desestabilizador de privilégios historicamente reproduzidos pelas elites”.

Faleiros (2008, p. 66) avança no debate apontando que “a desigualdade de capitais de origem ou de partida não oferece as mesmas chances aos jovens”, portanto, se classifica dentro da superestrutura de forma contraditória e dialética. Vários condicionantes permeiam este campo e historicamente, os jovens vulneráveis socioeconomicamente sofrem com as barreiras que se manifestam através da disparidade de capital e renda, etnia, cor, gênero e território, e segundo Faleiros (2008, p. 66), “faz com que existam no Brasil várias juventudes”.

Neste contexto, a exclusão (ibid., p. 4) é definida “como negação da cidadania, da garantia e efetividade de direitos civis, políticos e sociais, ambientais e da equidade de gênero, raça, etnia e território”. Se insere num campo de disputas, por ser um processo dialético e histórico dos diferentes projetos societários decorrentes da exploração, dominação e concepções distintas de Estado. Agrega uma forte correlação de forças, o que não permite uma universalidade no acesso aos direitos, que culmina, por conseguinte “em disparidades relacionais tais como a invisibilidade social, na negação da cidadania, insustentabilidade e insegurança quanto ao futuro” (FALEIROS, 2006, grifos nossos).

Com o intuito de mantermos o debate a partir da democratização do acesso à educação superior partindo da instituição do PNAES (Brasil, 2010), o Brasil começa a vislumbrar a oportunidade de acesso a essa modalidade de ensino, até então historicamente negada às camadas populares. Para além da expansão das vagas, as medidas que visam a

permanência, asseguram a esses discentes completar seus cursos de graduação e/ou pós-graduação com sucesso, e nesse sentido, tornam a educação superior mais democrática.

Partindo dessa perspectiva, ao tratarmos da Política de Assistência Estudantil, entende-se o PNAES como uma Política Pública Social e Educacional, que por meio de programas e ações viabilizam concretamente o direito à permanência dos discentes nas IFES, garantindo sobretudo, aos estudantes de baixa renda, um instrumento que combate a evasão e assegura a inclusão das camadas desfavorecidas socialmente, na educação superior.

Entretanto, na malha de permeabilidade de acesso a essa igualdade de oportunidades, e em nosso caso à educação superior, Faleiros (1991, p. 08) aponta que as políticas sociais brasileiras estão intrinsecamente relacionadas aos níveis econômico, social e político. Ora são vistas como instrumentos de manutenção, ora como conquistas dos trabalhadores, como uma certa combinação dos grupos que estão no poder, doação “das elites dominantes” ou ainda como garantia de capital ou dos direitos do cidadão.

A cidadania formal, levando em consideração sua conceituação, se assenta em três pilares que a constituem (civil, política e social). Nesse sentido, de forma vertical, é assegurada a partir das leis, entretanto, horizontalmente, quando a analisamos relacionalmente, ela é negada pela vulnerabilidade que perpassa a vida dos sujeitos, pois, se torna uma luta constante garantir o mínimo social de bem-estar.

CAPÍTULO 2: METODOLOGIA

2.1. Pressupostos teóricos

A presente Pesquisa foi realizada na Universidade de Brasília entre os meses de janeiro a março de 2020. Para a construção da pesquisa e o desenvolvimento deste trabalho, obtivemos aprovação do Comitê de Ética registrado na Plataforma Brasil (CAAE número: 24906619.8.0000.5540), parecer de número: 3.784.650. O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) encontra-se em anexo. Também recebemos autorização institucional para acesso aos dados quantitativos referentes da DDS/DAC.

Foi realizado num primeiro momento, um levantamento bibliográfico com extensa leitura e foi elaborado o quadro teórico composto por estudos que tratam sobre o tema em tela. Este levantamento foi realizado nos principais sítios eletrônicos de pesquisa (SCIELO, IBICT, CAPES e BCE-UnB), com um recorte temporal dos anos 2014 a 2019.

Para Creswell (2012), os elementos quantitativos tais como números e alguns indicadores, podem ser avaliados a partir da análise Estatística, revelando informações confiáveis sobre as informações encontradas. Ainda segundo o autor, a abordagem qualitativa fornece uma análise sob o prisma de diferentes perspectivas do mesmo tema, marcando deste modo a subjetividade do fenômeno pesquisado.

Como parte do percurso metodológico, utilizamos a pesquisa quali-quantitativa (Creswell, 2012), pois entendemos que a utilização de métodos mistos se alia ao fato da complexidade da temática proposta, em razão de ambas as metodologias terem pontos fortes que podem ajudar na interpretação dos resultados de problemas complexos. Existem vantagens na triangulação metodológica que conferem maior abrangência na interpretação dos resultados quando nos valem dos métodos mistos.

Para a coleta dos dados quantitativos foram aferidas as informações sobre o Processo Seletivo da Avaliação Socioeconômica para o acesso aos Programas da Assistência Estudantil da Graduação do primeiro e segundo semestres do ano de 2018. Para a análise quantitativa foram escolhidas como variáveis: o **tempo** da seleção em dias; a **quantidade** de estudos socioeconômicos solicitados pelos estudantes e feitos pelas assistentes sociais; o número de discentes selecionados por Programa e a **lista de espera** que gera a demanda reprimida por falta de vagas. Nesse sentido, o delineamento ao que tange aos dados quantitativos de vagas ofertadas por Programa, indica as condições objetivas onde se materializa o acesso e, por conseguinte a permanência do alunado atendido.

2.2. Notas metodológicas

Descreve-se aqui o levantamento realizado para a coleta dos dados quantitativos da Avaliação Socioeconômica para acesso aos Programas de Assistência Estudantil da Universidade de Brasília, especificamente ao que tange aos editais do primeiro e segundo semestre do ano de 2018. Obtivemos o aceite institucional para a realização e coleta dos dados no dia 26 de agosto de 2019, assinado e autorizado pelo então diretor da DDS/DAC.

O objetivo desta coleta é conhecer a realidade da **população** que compõe esta análise e que se refere aos estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação ou pós-graduação, nos *campi* que realizaram a Avaliação Socioeconômica, no ano de 2018, no primeiro ou no segundo semestre letivo, e que tenham se classificado como elegíveis aos auxílios.

São elegíveis para acesso aos auxílios da assistência, os estudantes caracterizados com o perfil de vulnerabilidade socioeconômica e que tenham sido classificados a partir do resultado da Avaliação Socioeconômica, como em situação socioeconômica considerada insuficiente para a própria manutenção e permanência na Universidade, na DDS estes recebem a titularização de: “Estudante participante do Programa de Assistência Estudantil (PPAES)” (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, [S.I.], 2016).

A composição da amostra faz referência ao quantitativo total dos estudos realizados na Avaliação Socioeconômica, do primeiro e segundo semestre do ano de 2018.

As variáveis nesta coleta quantitativa relacionam-se aos programas: Auxílio Socioeconômico, Programa de Moradia Estudantil, Auxílio Creche e Auxílio Transporte. O levantamento sobre o **Auxílio Alimentação** será feito na análise qualitativa. No segundo momento, as variáveis por programa são elencadas pelo quantitativo de selecionados e a lista de espera que gera a demanda reprimida. Vale ressaltar que o discente pode acumular auxílios desde que não ultrapasse a renda de um salário mínimo e meio.

“Os benefícios dos Programas de Assistência Estudantil são acumuláveis com o recebimento de bolsas acadêmicas. A soma dos benefícios pecuniários da assistência estudantil recebidos pelo estudante, selecionado por meio de edital específico, não poderá ultrapassar o valor de 1,5 (um e meio) salário mínimo por estudante” (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, [S.I.], 2016).

Pretendemos ainda, neste trabalho, a triangulação de métodos. Para alcance de nossa proposta e qualificar os dados, a pesquisa qualitativa nos embasa, no sentido de inferir a subjetividade das questões propostas nos eixos de análise. Para tal propósito, nos apoiamos na análise de conteúdo (Bardin, 1977), como destaca Moraes (1999), esta se constitui em

uma metodologia utilizada para descrever e interpretar documentos e textos, além de conduzir “a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas” servindo para interpretar mensagens que vão além de uma simples leitura comum.

No questionário online tínhamos como objetivo alcançar os estudantes de graduação pertencentes ao público assistido pela DDS/DAC para a apreensão empírica do objeto de análise, tal como, sentimentos em relação ao tema e questões de interpretação subjetiva, e serviu para o entendimento sobre a realidade pesquisada. Como critério optamos em analisar apenas os respondentes que participavam dos programas da assistência estudantil da UnB da graduação e pós-graduação dos mais diferentes cursos.

Nesse sentido, a construção do questionário levou em conta as características físicas, gênero pelo qual se identifica, idade, programas de qual faz parte na assistência e a fim de qualificar as questões de cunho interpretativo da realidade apreendida, propomos dezessete questões abertas (questões 05, 12, 14 e 17) e fechadas (questões 01, 02, 03, 04, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 13, 15 e 16) com opções de escolha de resposta. A aplicação do questionário foi realizada virtualmente, enviada através de e-mail e aplicativo de comunicação de massa, ficando aberto para recebimento das respostas por 18 dias consecutivos (13/01/2020 a 30/01/2020), conforme cronograma aprovado e, obtivemos 65 respostas.

Sobre a técnica de coleta de dados através de questionário, Gil (1999, p. 128) aponta que a técnica de investigação é composta por um número de questões e tem por objetivo conhecer “opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”. O autor ainda apresenta algumas vantagens no que tange à aplicação do questionário, evidenciando que alcança um grande número de pessoas, garante o anonimato das respostas e através dele, podemos realizar a interpretação da realidade.

Em relação à DDS/UnB, mesmo tendo aprovação institucional para a realização da pesquisa, foram fornecidos apenas os dados quantitativos da Avaliação Socioeconômica do ano de 2018. Para a realização da entrevista semiestruturada, quando procurados por meio de telefone, e-mail e aplicativo de comunicação online, não obtivemos resposta. Dessa forma, o trabalho se materializa apenas com as respostas dos estudantes participantes da pesquisa, o que não desqualifica de modo algum o tema ora tratado.

CAPÍTULO 3: RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da articulação com o marco teórico do direito à assistência estudantil, no contexto da educação superior, destacamos que principalmente a partir dos anos 2000 uma série de medidas tais como leis, decretos e portarias contribuíram fortemente para que estratégias de inclusão social fossem garantidas aos estudantes, democratizando o acesso a esse nível de educação conforme vimos no decorrer deste trabalho.

Contudo, democratizar o acesso não garante aos discentes que estes permaneçam na Universidade para a conclusão de seus cursos de maneira equânime. Nesse sentido, pensar a assistência estudantil a partir da Política de Permanência e da visão dos estudantes em situação de Vulnerabilidade Socioeconômica, nos levou a dois eixos de análise que serão discutidos em sequência: As condições de acesso e redução de direitos e Conflitos que impactam a permanência dos discentes na UnB.

3.1. Eixo 1: Condições de acesso e redução de direitos

Para tratarmos e analisarmos os dados e assim respondermos à pergunta que norteia este trabalho, qual seja, “Quais são as condições que determinam a Permanência no Ensino Superior na Universidade de Brasília dos discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica?”. Faz-se necessário compreender o Processo Seletivo de acesso aos Programas da Assistência Estudantil da DDS/UnB, pois de acordo com o Edital nº 02 – 1º/2018 e 2º/2018 no quinto (5) ponto, especificamente no ponto 5.1 “A Avaliação Socioeconômica é **condição** para acesso a todos os programas” (grifos nossos) (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, [S.I.], 2016).

Portanto, o que primeiramente responde ao nosso questionamento é que o alunado que se encontre em vulnerabilidade socioeconômica como “**condição**” deve preencher a Avaliação Socioeconômica disponibilizada em edital próprio, lançado no início de cada semestre letivo. Entretanto, o preenchimento da avaliação não garante ao discente o recebimento dos auxílios fornecidos pela DDS/DAC, pois, há uma relação de dependência entre o quantitativo de vagas ofertadas por semestre e da classificação do grau de vulnerabilidade socioeconômica que este se encontre.

No quadro abaixo (quadro 03), estão elencados os Processos Seletivos do ano de 2018, referentes ao primeiro e segundo semestres, o tempo da seleção em dias e o quantitativo de estudos solicitados. Este quadro se faz necessário para explicitar o quão longo é o tempo de seleção para acesso aos Programas e também demonstrar o quantitativo de estudos solicitados pelos discentes.

Quadro 03: Número e tempo de seleção Processos Seletivos de demandas para o Programa de Assistência do primeiro e segundo semestre de 2018		
Processos Seletivos	1º/2018	2º/2018
Quantidade de estudos solicitados	1.859 estudos	1.996 estudos
Tempo de Seleção (dias)	97 dias	108 dias
Fonte: Elaborado pela autora com dados fornecidos pela DDS/UnB.		

São realizados dois processos seletivos por ano letivo para acesso aos Programas da Assistência, em edital próprio, como já anteriormente explicitado, sendo realizado uma avaliação por semestre.

Nesta primeira análise das variáveis (tempo e quantidade total de estudos solicitados) o longo período do **tempo de seleção**, 97 (noventa e sete) dias no primeiro semestre, e de 108 (cento e oito) dias no segundo semestre do ano de 2018, encontramos um ponto de discussão que consideramos de extrema importância, pois quem busca a assistência estudantil são os discentes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica tentando acessar seu direito, entretanto, esse direito está condicionado a um edital, o que não contribui para que de fato se tenha o exercício da cidadania plena.

Ora, se a Assistência tem uma seleção por semestre letivo para a escolha de quem é elegível para acesso aos Programas ofertados e levando em consideração a vulnerabilidade socioeconômica que este discente se encontra, a variável **tempo de seleção em dias** esbarra diretamente na questão da Permanência deste estudante na Educação Superior.

De acordo com o calendário acadêmico da UnB referente ao primeiro semestre do ano de 2018, tivemos o período de aulas entre 05/03/2018 a 06/07/2018, este dado indica que o discente atendido pela assistência não vai conseguir acessar aos Programas no decorrer do semestre. No segundo semestre do ano de 2018, o período de aulas foi de 13/08/2018 a 07/12/2018, o período de seleção para acesso aos Programas da Assistência Estudantil, ultrapassou 100 (cem) dias (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2018).

Ressalta-se que de acordo com o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, no artigo 4º, em seu parágrafo único:

“As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho

acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras” (BRASIL, 2010).

O período demasiado longo para atender ao discente vulnerável socioeconomicamente vai contra o Artigo 4º do decreto do PNAES, pois não viabiliza em tempo equânime, nem tão pouco age de forma preventiva, o atendimento ao discente, restringindo novamente sua cidadania. Entretanto, devemos considerar o **quantitativo de estudos socioeconômicos solicitados** (o estudo serve para o conhecimento e análise de determinada condição social do estudante naquele período) por semestre, para que compreendamos o longo período do tempo de seleção.

O corpo técnico da DDS/UnB possui, de acordo com a sua página oficial (Universidade de Brasília [S.I.], 2016), apenas 13 assistentes sociais que devem dar conta da alta demanda de estudos solicitados. No 1º/2018 (semestre) foram 1.859 estudos e no 2º/2018 (semestre), 1.996 estudos solicitados. Portanto, essa variável “Quantidade de estudos solicitados” divididos por assistente social no 1º/2018 comporta uma média de 143 estudos/assistente e no 2º/2018 uma média de 153 estudos/assistente.

Diante deste quadro, torna-se um desafio viabilizar o tempo de seleção para acesso aos Programas e o atendimento às diversas necessidades dos discentes, para garantir a Permanência. Porém, para dirimir este grande período do tempo de seleção, segundo o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UnB (Brasília, 2017, p. 218), o planejamento inclui a redução progressiva do tempo do processo de inclusão de estudantes aos programas de assistência estudantil. Há excesso de trabalho por assistente social.

O tempo levado para o aval do acesso é uma **condição** para a permanência do discente com impacto subjetivo, pois a demora no atendimento, tal como os prazos impostos pelo Edital que o rege, faz com que levantemos a hipótese de que o sujeito esteja entregue a si mesmo, e haja responsabilização, se por um acaso abandonem seus estudos por não conseguirem se manter na Universidade.

Bourdieu e Passeron (1992, p. 12) indicam que “todo o sistema de ensino institucionalizado produz e reproduz um arbítrio cultural de que ele não é o produtor e cuja reprodução contribui para a reprodução das relações entre grupos ou classes”. Portanto, romper com essa relação de reprodução da cultura institucional, tornaria os indicadores estruturais (normativas), de processo (mecanismos institucionais tal como o edital e os instrumentais internos) e de resultado (atendimento ao discente), melhores tanto para o corpo técnico da DDS quanto para os estudantes que demandam do atendimento.

Através de metas anuais de redução do tempo decorrido entre o início das aulas e o término das avaliações socioeconômicas, de acordo com o PDI da UnB para o ano de 2018, a meta estabelecida era de 2 meses (60 dias), mas observando o quadro 03, descrito acima, percebe-se que em nenhum dos dois processos seletivos ocorridos para o corrente ano, houve o cumprimento desta meta, ainda de acordo com o documento analisado, esse “tempo de inclusão” deve chegar a zero no ano de 2021.

Faleiros (2013, p. 177) mostra que o desafio crítico do Serviço Social na estrutura do poder materializado aqui na Assistência Estudantil é o de decifrar as relações entre a acumulação e política, para o estabelecimento concreto de poder e distribuição, analisando as forças ali existentes. Considerando as demandas que se apresentam na prática, tais como, os conflitos sociais expressos “nas necessidades humanas a partir do lugar da exclusão, do sofrimento e da sobrevivência”.

Quadro 4: Programas e Auxílios Disponibilizados pela DDS/UnB				
Programa de Auxílio Socioeconômico (PASE)	1º/2018	%	2º/2018	%
Selecionados	228	19,52	230	20,26
Lista de Espera	940	80,47	905	79,73
Total:	1.168	100	1.135	100
Programa de Moradia Estudantil (PME) Pecúnia	1º/2018	%	2º/2018	%
Selecionados	136	55,51	150	69,44
Lista de Espera	109	44,48	66	30,55
Total:	245	100	216	100
Auxílio Creche (PA/Creche)	1º/2018	%	2º/2018	%
Selecionados	10	23,25	11	33,33
Lista de Espera	33	76,74	22	66,66

Total:	43	100	33	100
Auxílio Transporte	1º/2018	%	2º/2018	%
Selecionados	125	87,41	51	39,53
Lista de Espera	18	12,58	78	60,46
Total:	143	100	129	100
Fonte: Elaboração da autora com os dados fornecidos pela DDS/UnB.				

A assistência estudantil deveria garantir o direito desses discentes. Entretanto, tal como Bourdieu (2009, p. 87) aponta, existem “os condicionamentos associados a uma classe particular de condições de existência produzem *habitus*”, a organização das etapas de seleção dos Programas da Assistência funcionam como estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, o discente quando chega na Universidade de Brasília, já encontra os princípios geradores e organizadores de práticas e de representações objetivadas, que devem incorporar como *habitus*.

“O Serviço Social trabalha, então, com demandas concretas de todo tipo, que são expressões de interesses contraditórios, de modos de vida construídos em práticas sociais complexas e em processos de articulação de dispositivos de distribuição de benefícios, no geral mínimos com dispositivos de poder, como informação, organização, mobilização e atribuição de benefícios” (FALEIROS, 2013, p. 178).

Diante de tal entendimento, a assistência estudantil enquanto direito social, deve trabalhar com instrumentos capazes de responder prontamente ao discente que porventura demandem seus Programas, oportunizando a Permanência e a conclusão de seus cursos.

Vejamos a análise da situação concreta. A “Demanda Reprimida” por Programa que advém a partir da lista de espera, pode ser observada (Quadro 04) quantitativamente por Programa, conforme o número de estudos socioeconômicos. Todavia, vale afirmar que o mesmo discente pode concorrer aos vários Programas ofertados, podendo ser selecionado para mais de um destes. A validade do tempo na lista de espera é o mesmo da vigência do Edital que o estudante está participando, não sendo prorrogada a permanência nesta lista para os editais futuros. Vejamos abaixo, a título de exemplo, o Programa de Auxílio Socioeconômico e suas **condicionalidades** de permanência:

“(...) Para acesso ao Programa, o estudante deverá participar de seleção regida por Edital específico e a permanência do estudante no programa está condicionada ao bom desempenho acadêmico de acordo com o fluxo do seu curso e com as normas da UnB” (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, [S.I.], 2016).

A tabela acima mostra o quantitativo de estudos classificados como PPAES (Estudante Participante dos Programas da Assistência), ou seja, todos estes estudantes têm situação socioeconômica hipossuficiente para sua manutenção e permanência na Universidade, porém, não há vagas suficientes para o atendimento total desta demanda, o que gera a lista de espera tão expressiva em cada um dos Programas.

Percebe-se, analisando este recorte, que o maior número de solicitações é para o **Programa de Auxílio Socioeconômico (PASE)** que no primeiro semestre (1º/2018) houve 1.168 pedidos e apenas 228 beneficiados e os **não contemplados** foi o total de 940 estudantes, ou seja 80,47%. No segundo semestre (2º/2018) foram 1.135 solicitações, das quais, foram contemplados 230 discentes e os não contemplados foram 905 discentes, ou seja 79,73%.

Em se tratando do **Programa de Moradia Estudantil (PME)**, devemos esclarecer que existem três modalidades dentro do mesmo Programa, e aqui analisaremos apenas duas modalidades, **Pecúnia**: concessão mensal de auxílio financeiro no valor de R\$ 530 (quinhentos e trinta reais) para custeio de moradia estudantil e aproximar o estudante ao campus; e a modalidade **Auxílio Transporte**: Fornece ao estudante uma concessão mensal de auxílio financeiro para custeio parcial com o transporte interestadual entre sua residência e o campus universitário (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, [S.I.], 2016).

Ao que tange à modalidade Pecúnia, para o 1º semestre de 2018 foram selecionados 55,51% de discentes e na lista de espera 44,48%. Já no 2º semestre houve 69,44% de selecionados e os não selecionados, 30,55% de estudantes. Em se tratando da modalidade Transporte, os números para o 1º semestre são de 87,41% estudantes selecionados e de apenas 12,58% não selecionados. No 2º semestre foram 39,53% discentes escolhidos e 60,46% em lista de espera.

De acordo com o anuário estatístico da UnB (Brasília, 2019, p. 300), no ano de 2018, no Auxílio Socioeconômico/Bolsa Permanência, existiam 3.295 discentes atendidos e no Programa Moradia Estudantil da Graduação – Beneficiários 1.449. Levando em consideração o ano de 2017, houve uma redução no atendimento deste público em 2018, no Auxílio Socioeconômico diminuíram 64 bolsas, na Moradia Estudantil 439 benefícios deixaram de existir.

A última dimensão a ser analisada é o **Auxílio Creche (PA/Creche)**. Trata-se de um Programa novo e uma demanda que há muito tempo carecia de ser acolhida pela Universidade, pois, muitos pais, mães ou responsáveis por crianças pequenas e também em situação de vulnerabilidade socioeconômica necessitam deste apoio, que contribui fortemente para a permanência e conclusão dos cursos de graduação. Nesse sentido, no primeiro semestre de 2018 foram selecionados 23,25% estudantes e não beneficiados 76,74%, no segundo semestre foram elegidos 33,33% de discentes e em lista de espera 66,66% de estudantes.

Levando em consideração a atual conjuntura socioeconômica do Brasil, especialmente após a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/2016 (Brasil, 2016) onde se congela por 20 anos a partir da sua publicação os “gastos públicos”, houve para a Educação e conseqüentemente para a assistência destes estudantes, uma diminuição considerável dos recursos aplicados, que de certa forma, denota responsabilização dos sujeitos por sua condição e desresponsabilização do Estado frente às demandas apresentadas.

Pessoni (2016, p. 123) aponta que mesmo que o edital de seleção dos discentes determine como critério uma renda per capita de um salário mínimo e meio, o número de auxílios disponibilizados por programa não será universal e ainda “faz com que a equipe responsável pela seleção tenha que utilizar parâmetros seletivos e excludentes bem mais severos”.

3.2. Eixo 2: Conflitos que impactam a permanência dos discentes na UnB

O objetivo deste item é o de expor os conflitos vivenciados pelos discentes na contradição aqui analisada, entre o direito e as condições de vulnerabilidade, levando-se em conta inclusive o perfil local dos discentes (DDS/DAC), inclusive em relação com o perfil nacional (Andifes, 2019).

Levando em conta o levantamento explicitado no momento b da metodologia, da análise de conteúdo de Bardin (1977) e da teoria relacional presente em Bourdieu (2006), faremos a interpretação das respostas do questionário online aplicado aos discentes, com objetivo de apreensão da realidade de vida dos sujeitos com o intuito de identificação e da compreensão dos conflitos presentes e de discussão dos efeitos subjetivos que interferem diretamente na prática cotidiana dos estudantes que condicionam sua permanência na universidade.

O perfil dos respondentes da pesquisa (65 discentes que responderam o questionário online) se mostrou similar à média do perfil nacional. Em relação ao sexo, a média nacional é de 54,6% de estudantes do sexo feminino. Essa tendência de crescimento da participação do sexo feminino também se confirma na UnB, com uma forte maioria no total de respondentes. A idade média dos estudantes de graduação apresentou a mesma média nacional, apontando um perfil bastante jovem de 69,2% dos respondentes, entre 18 a 24 anos.

No que tange à raça/cor (IBGE 2010), segundo Ristoff (2014, p. 730), o campus brasileiro era 20% mais branco que a própria sociedade brasileira à época. É interessante notar que de acordo com a pesquisa Andifes (2019, p. 21), “as mudanças na composição de cor e raça dos estudantes das IFES foram bastante significativas nos últimos 15 anos”.

Esse dado demonstra que as políticas públicas adotadas para a democratização do acesso ao ensino superior, ao longo do tempo, se mostraram essenciais para a mudança desse perfil. Nesse sentido, os respondentes da pesquisa por nós realizada e que compõem nossa análise, são em sua maioria 40% pardos, em seguida 29,2% pretos e 27,7% brancos e, sem declaração 3,1%. Não obtivemos respondentes amarelos ou indígenas. Em relação à média nacional para o ano de 2018 temos, 43,3 % de brancos, seguidos de 39,2% de pardos e 12% de pretos, temos ainda, 0,9% de indígenas e 2,1% de amarelos. Portanto o perfil do estudante da UnB delineado nesta pesquisa, se aproxima do perfil nacional, é em sua maioria feminino, de cor parda, jovem e em relação à renda, podemos inferir que são da classe trabalhadora deste País.

Quanto ao conteúdo de análise, perguntamos aos discentes se já haviam pensado em abandonar a Universidade por causa das condições socioeconômicas, 60% responderam que sim. Quando olhamos para estas questões ao associarmos as condições de permanência às condições socioeconômicas, percebemos que as inter-relações entre elas se manifestam fortemente, gerando conflitos e dilemas que interferem diretamente na manutenção ou permanência dos discentes na universidade.

Dentre as várias respostas e que nos serve de primeira referência, destacamos o que os respondentes colocam como dilemas que dificultam a permanência, **principalmente**: as condições financeiras, alimentação, dificuldades de mobilidade e falta de apoio da rede sociofamiliar, estas derivam como categorias de análise. Vejamos algumas dessas respostas com significado qualitativo.

Quadro 05: Temáticas ressaltadas para a não permanência na Universidade	
Condições financeiras	“No início quando eu entrei na Universidade pensei em desistir porque não tinha dinheiro para café da manhã/almoço/janta e como meus pais estão desempregados eu pensei em desistir para começar a trabalhar e ganhar alguma renda para ajudar com as despesas em casa” (graduando anônimo, 2020).
Alimentação	“Pensei em um momento em que eu não estava conseguindo me alimentar” (graduando anônimo, 2020).
Mobilidade	“A distância da minha casa até a UnB é muito grande o engarrafamento até chegar na UnB é tão demorado que passo longas horas no ônibus, este tempo eu poderia dedicar mais aos estudos e essa distância não me permite de pegar um estágio na área em que pretendo” (graduando anônimo, 2020).
Falta de apoio da rede sociofamiliar	“Problemas pessoais, provedor da casa ficou incapacitado de prover para a família” (graduando anônimo, 2020).
Trabalhar ou Estudar	“Minhas condições financeiras, ou trabalho ou estudo. A bolsa não supre minhas necessidades, e estou vivendo esse dilema (graduando anônimo, 2020).
Fonte: Questionário aplicado pela autora.	

Apesar de classificar em categorias ou temáticas distintas uma pequena amostra das entrevistas realizadas, podemos inferir a correlação entre os temas de forma a generalizar as temáticas: a vulnerabilidade socioeconômica. Destacamos aqui, a fala de mais um entrevistado que demonstra como as diferentes vulnerabilidades podem agir sob um determinado contexto:

“O auxílio moradia não é o suficiente para pagar as minhas despesas aqui em Brasília, já que sou de outro estado. Minha família teve muita dificuldade de me ajudar nas contas desde o início da graduação, só sendo possível estar mais estável agora (7º semestre) que consegui estágio. A incerteza financeira parece afetar apenas questões grandes como moradia, mas na verdade afeta o dia a dia mesmo. Como quando eu não tinha passe estudantil ainda e nem dinheiro para pagar condução, ou quando no início do curso eu mal tinha dinheiro pra comer, quando não era possível passar o dia todo na UnB para usar o RU. Toda essa incerteza econômica afetou minha saúde mental ao ponto de eu ter episódios de ataques de pânico de tanto estresse e ansiedade” (graduando anônimo, 2020).

A realidade social conforme Bourdieu (2006) deve ser analisada relacionalmente, pois, dentro de uma determinada estrutura essas relações vão simultaneamente agir dentro

das relações de força. Como os elementos aqui acima dispostos marcam a forma de ser dos indivíduos, devemos os perceber de maneira integrada e não sobrepostas, dentro do conjunto das relações estabelecidas.

Frisamos a importância de notar que diferentes vulnerabilidades produzem os conflitos e atuam nas condições de permanência, pois, os conflitos surgem conforme Pereira (2016), pelo confronto ou por relações de poder “que conflita os diferentes”, assim, os discentes numa relação dialética entre os modos objetivo/subjetivo lidam com propensões em maior ou menor grau nas escolhas: trabalhar ou estudar, permanecer mesmo não tendo como se alimentar, ajudar a família e também afetar a própria saúde mental, esses elementos não podem estar desassociados das relações de poder assistência/discente.

Como terceira dimensão analítica das condições de permanência, indagamos sobre o grau de importância da assistência para a manutenção dos estudantes na Universidade de Brasília. Em resposta 67,3% dos entrevistados apontam como **essencial** ter DDS/DAC para assistir os discentes. Perguntados se já enfrentaram ou enfrentam algum problema que dificulta a sua permanência na UnB, foram reafirmadas as mesmas temáticas ou categorias relacionadas no Quadro 05. Destacamos aqui, a fala de alguns graduandos que demonstram novamente a vulnerabilidade socioeconômica, e que impactam seriamente a permanência dos discentes no ensino superior:

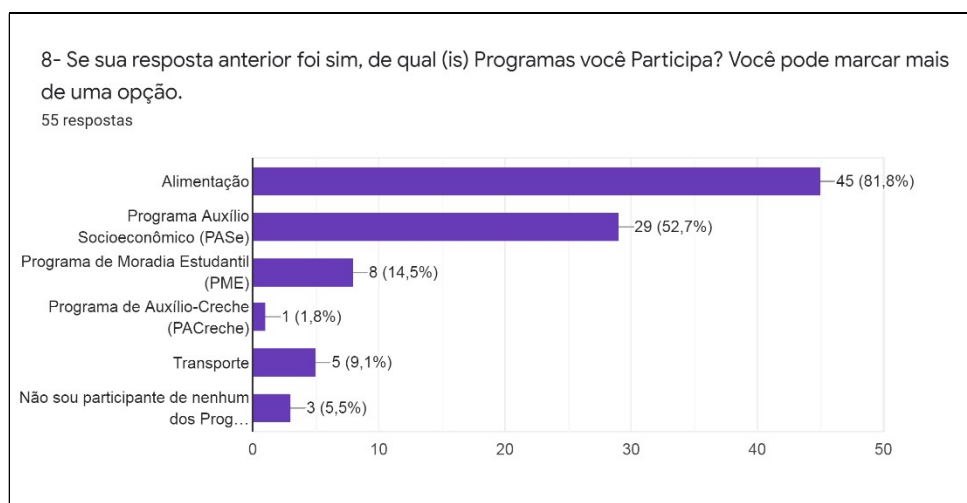
- “Enfrentei problemas com a minha alimentação, enquanto não recebia a bolsa da assistência, não conseguia me alimentar e algumas vezes eu nem ia pra faculdade por estar com fome” (graduando anônimo, 2020);
- “Sim. Vários. Distância, questões de saúde psicológica, gravidez não planejada, casamento, violência doméstica e divórcio, distância, transporte, cansaço excessivo, pouco dinheiro para muito livro, competição de colegas, professores abusivos, entre outras questões” (graduando anônimo, 2020);
- “Estou enfrentando, a questão financeira: não sei se trabalho para sobreviver ou estudo. Nesse semestre não sei se vou continuar, ou se tranco pra trabalhar” (graduando anônimo, 2020);
- “Os cortes estabelecidos pelo MEC para as universidades federais e institutos, dificultou muito a abertura de novos editais para projetos de extensão. Projetos nos quais colaboravam com a permanência de estudantes que não concluíram a graduação no prazo estabelecido pelo PPP do curso. O prazo da bolsa

permanência acaba no início desse semestre e só me formo no final de 2020” (graduando anônimo, 2020);

- “Moro muito longe e a passagem é muito cara, mesmo recebendo auxílio transporte” (graduando anônimo, 2020);

Percebemos nas falas acima, que a assistência estudantil apesar de insuficiente para suprir as demandas dos discentes, provocadas pela vulnerabilidade socioeconômica, ela é determinante para garantir a permanência dos discentes que conseguiram acessá-la na Universidade.

A alimentação citada tanto nas categorias de análise como nas últimas falas acima, é onde mais se tem investimento da DDS/DAC. De acordo com o anuário estatístico da UnB (Brasília, 2019, p. 300) foram subsidiadas no ano de 2018 pelo Bolsa-Alimentação, 645.253 refeições aos estudantes participantes da assistência, consumindo boa parte dos recursos do PNAES para os Programas. No gráfico abaixo podemos observar que dentre os diversos Programas assistenciais oferecidos pela DDS/DAC, 81,8% são participantes do Auxílio Alimentação, portanto, minimiza-se os efeitos da insegurança alimentar provocadas pelas disparidades sociais vivenciadas pelos estudantes no acesso e, por conseguinte, na Permanência na Universidade.



Obs. É opcional mencionar mais de um programa. Fonte: Questionário aplicado pela autora.

A partir da expansão das vagas no ensino superior, instituída pela Portaria Normativa nº 552, de 25 de junho de 2007 (Reuni, 2007) e do decreto do PNAES (2010), houve concomitantemente o aumento da demanda pela assistência estudantil. Viabilizar o

atendimento dos discentes e agir preventivamente contra o abandono da universidade é um desafio para a Assistência, que tenta mesmo com os recursos cada vez mais parcos, contribuir de maneira significativa, e agir contra as situações de agravo decorrentes da hipossuficiência financeira, oriundas da desigualdade social no Brasil. Assim, parafraseando Faleiros (2011, p. 81-82), há interdependência na relação assistência/permanência na estrutura e contexto próprios, sendo que a prática profissional institucional vai se limitando a atender determinadas especificidades e os recursos se tornam um fator limitante.

Bourdieu (2009, p. 226) aponta que “a ordem estabelecida e a distribuição do capital que é o seu fundamento, contribuem para a sua própria perpetuação,” consequentemente, não podemos tratar os fatos sociais como coisas, assim, a complexidade que envolve a sociedade, as dimensões coletivas e suas representações, deve no âmbito da Assistência Estudantil, fortalecer propositivamente a defesa do direito, da participação na tomadas de decisão e fundamentalmente o exercício da cidadania entre os discentes, para que tenhamos as mediações possíveis que assegurem aos estudantes seus direitos, a permanência e a conclusão de seus cursos com menos conflitos.

No questionário, pedimos aos discentes que nos dissessem, em ordem de importância, o que significava a Assistência Estudantil para eles. Na visão dos discentes há o entendimento que embora a Assistência Estudantil esteja necessitando de melhorias ao que tange aos aspectos informacionais, de atendimento e de ordem burocrática, ela também é vista como necessária, um direito e indispensável para a permanência dos estudantes.

- “Direito, necessidade, benefício, inclusão, incentivo”. (graduando anônimo)
- “Essencial, importante, necessário, sobrevivência”. (graduando anônimo)
- “Necessária, ajuda, regular, complicada, insuficiência”. (graduando anônimo)
- “Direito, concorrência, ajuda, descaso, importante”. (graduando anônimo)
- “Apoio; Insuficiência; Diálogo; Falta e Respeito”. (graduando anônimo)

Em primeiro lugar aparece: direito, essencial, necessária, apoio, ressaltando que há um direito, mas que se torna essencial e necessário como apoio à insuficiência e à sobrevivência na situação de desigualdade. Necessita-se, portanto, requerer da política social e da estrutura da DDS/DAC, maior eficácia para atender novos estudantes, ampliação do sistema de informação e maior eficiência sobre os instrumentos dos processos seletivos, e faça frente a todas as demandas aqui expostas. Assim, no contexto da permanência, há a

possibilidade de os estudantes concluírem seus cursos com menos obstáculos, independente de seus condicionantes de classe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relacionando o direito, a assistência com as condições estruturais de vulnerabilidade foi uma maneira que encontramos de discutir as questões relacionadas com os conflitos e as condições de permanência que permeiam a vida dos discentes na universidade. Assim, quando olhamos para a trajetória de acesso à educação superior, reforçada pelas políticas de inclusão implementadas no Brasil, principalmente nas últimas duas décadas, percebemos que as barreiras e assimetrias provocadas pela vulnerabilidade socioeconômica para uma parcela significativa da sociedade, refletem diretamente na questão.

Esses aspectos envolvem realidades muito distintas, porém não podem ser discutidas separadamente, pois, conforme Faleiros (2011, p.87), “a visão de totalidade concreta é contraditória como processo, como relação e na sua própria estrutura”. Desnaturalizar a desigualdade é imperativo para tratarmos com profundidade de um conjunto de injustiças que, ora culpabiliza o sujeito por estar em condição de vulnerabilidade, ora culpabiliza a Assistência por questões que são de responsabilidade do Estado.

Entendemos que as medidas adotadas na assistência, no propósito de afirmar os direitos dos discentes, estão em consonância com o decreto do PNAES, viabilizando a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade, apesar da atual conjuntura desacelerar seu ritmo de melhoria após a austeridade fiscal imposta, tal como aponta Oliveira (2019, p. 260) em sua tese, fez cortes nas políticas sociais e “alguns indicadores, no entanto, podem indicar reversões de tendências, tanto pela crise econômica quanto pelo corte das políticas.” Esse retorno, impõe uma defasagem no atendimento aos discentes agravando a situação dos que não possuem condições efetivas de se manter na universidade.

Este estudo mostrou que: há um direito considerando todos os aspectos desde a implementação do PNAES e, antes dele ainda com a instituição do REUNI, Lei de Cotas, que tenta dirimir o evidente agravamento das expressões da questão social. Evidentemente, com a expansão das vagas, houve o aumento da demanda pela assistência estudantil, advinda da vulnerabilidade que é estrutural e estruturante da nossa sociedade.

Deste modo, com o tensionamento que a conjuntura socioeconômica brasileira impõe, com a redução e cortes nos recursos para as políticas de educação, os profissionais da assistência estudantil fazem uma seleção condicionada e, nessas condições, é um desafio e também um impasse estudar nessas circunstâncias.

Nesse sentido, é fundamental que o atendimento ao estudante deva primar pela promoção do direito e da cidadania. Faleiros (2013, p. 161) considera que o processo de intervenção do profissional da Assistência Estudantil pressupõe interpretar profundamente a estrutura, a conjuntura e a situação no qual se encontre o estudante, “numa perspectiva relacional e de articulação da participação do sujeito e atuação em redes e vínculos que permitam mediações gerais e particulares de assegurar direitos e que se transformam em estratégias de ação”.

Portanto, refletir sobre a assistência estudantil para além dos seus aspectos institucionais e de operacionalização mostra que muitas das modificações ocorridas com a implementação das políticas educacionais e de assistência estudantil, com vistas à inclusão e permanência, são positivas, proporcionando o acesso ao direito negado aos mais vulneráveis.

A cidadania é um processo que se mostra sempre no jogo político, numa busca constante de garantia dos direitos sociais, quer por pressão dos grupos sociais, quer seja através das políticas públicas. Portanto, é necessário mantermos sempre o cuidado para não perdermos os avanços conquistados, pois, para muitos se constitui como importante marco na trajetória de vida, visto que são os primeiros de suas famílias a ingressar no espaço da educação superior.

REFERÊNCIAS

- ANDIFES. FONAPRACE. **V Pesquisa do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior brasileiras.** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2019. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2019.
- Bardin L. **Análise de conteúdo.** Lisboa: Edições 70, 1977.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988.
- _____. Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília, e dá outras providências. Diário Oficial da União, 15 dez. 1961.
- _____. **Emenda Constitucional nº 95.** Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/540698/publicacao/15655553>>. Acesso: 14 mar. 2020.
- _____. **LEI Nº 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961.** Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso: 08 fev. 2020.
- _____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso: 08 fev. 2020.
- _____. **Lei Orgânica do Ensino Superior.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso: 19 jan. 2020.
- _____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da Educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 abr. 2019.
- _____. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 03 dez. 2019.
- _____. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 03 abr. 2019.
- _____. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Lei de Cotas para o Ensino Superior, 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em: 28 dez. 2019.

BRITO, L. S.; BARBOSA, A. Programa de Auxílio Moradia em uma Unidade Acadêmica de uma Universidade de Pernambuco: uma avaliação na perspectiva dos (as) discentes beneficiados. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, v.21, n.1, p.125-145, jan. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9989>>. Acesso em: 03 abr. 2019.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. - 9ª ed.- Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **O Senso Prático**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A Reprodução**. 3.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

CAMPELLO, Tereza et al. Faces da desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. **Saúde em Debate**, v. 42, p. 54-66, 2018.

CARMO, Michelly Eustáquia do; GUIZARDI, Francini Lube. O conceito de vulnerabilidade e seus sentidos para as políticas públicas de saúde e assistência social. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, p. e00101417, 2018.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. **Cadernos de pesquisa**, n. 116, p. 143-176, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

COSTA, Marco Aurélio; MARGUTI, Bárbara Oliveira Editora. **Atlas da vulnerabilidade social nos municípios brasileiros**. 2015.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**, 2012.

DEMO, Pedro. **Politicidade: razão humana**. Papirus Editora, 2002.

_____. **Educação pelo avesso - Assistência como direito e como problema**. Cortez, São Paulo, 2000 (2002, 2ª ed.).

DE PAULA FALEIROS, Vicente. Juventude: trabalho, escola e desigualdade. **Educação & Realidade**, v. 33, n. 2, 2008.

DE PAULA FALEIROS, Vicente. **Inclusão social e cidadania**.

DOS REIS DUTRA, Natalia Gomes; DE SOUZA SANTOS, Maria de Fátima. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 25, n. 94, p. 148-181, 2017.

FALEIROS, V. de Paula. **O que é política social**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FALEIROS, V. de P. **Estratégias em Serviço Social**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Estratégias em serviço social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. Globalização, correlação de forças e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2013.
GENTILLI, Victor. O conceito de cidadania, origens históricas e bases conceituais: os vínculos com a Comunicação. **Revista Famecos**, v. 9, n. 19, p. 36-48, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IMPERATORI, Thaís Kristosch. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serviço Social & Sociedade**, n. 129, p. 285-303, 2017.

LIMA, M. C. N.; MELO, M. C. O. L. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma avaliação de estudantes de baixa condição socioeconômica em uma universidade pública. **Revista Meta: Avaliação**, [S.l.], v.8, n.23, p.216-247, ago. 2016. Disponível em: <http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/990>. Acesso em: 31 mar. 2019.

LIMA, Wandilson Alisson Silva; FERREIRA, Liliane Caraciolo. Mapeamento e avaliação das políticas públicas de assistência estudantil nas universidades federais brasileiras. **Revista Meta: Avaliação**, v. 8, n. 22, p. 116-148, 2016. Disponível em: <http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/870>. Acesso em: 09 abr. 2019.

MACHADO, Jardel Pelissari; PAN, Miriam Aparecida Graciano de Souza. Direito ou benefício? Política de assistência estudantil e seus efeitos subjetivos aos universitários. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 21, n. 4, p. 477-488, Dec. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2016000400477&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 09 abr. 2019.

MARX, Karl, 1818-1883 **O 18 brumário de Luís Bonaparte** / Karl Marx; [tradução e notas Nélcio Schneider; prólogo Herbert Marcuse]. - São Paulo: Boitempo, 2011.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Darcy Ribeiro e UnB: intelectuais, projeto e missão. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, v. 25, n. 96, p. 585-608, 2017.

MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adélia. Reflexões sobre a utopia necessária e a universidade brasileira a partir de Darcy Ribeiro e Anísio Teixeira. In: VILLAR, José Luiz; CASTIONI, Remi (Orgs.). **Diálogos entre Anísio e Darcy: o projeto da UnB e a educação brasileira**. Brasília: Verbena Editora, 2012. pp. 27-59.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação por escrito**, v. 5, n. 2, p. 154-164, 2014.

MUZZETI, Luci Regina. Escritos de educação. **Educação & Sociedade**, v. 21, n. 73, p. 257-261, 2000.

NASCIMENTO, Clara Martins. O SERVIÇO SOCIAL E A CRÍTICA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL CONSENTIDA: TAREFAS TEÓRICAS. **Temporalis**, v. 18, n. 36, p. 365-378, 2018.

OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de et al. **Educação Superior brasileira no início do século XXI: inclusão interrompida?** 2019.

PEREIRA, Beatriz Patriota. Subjetividade, poder e estruturação: Elias, Foucault e Bourdieu. **Revista Sem Aspas**, v. 5, p. 38-57, 2016.

RIBEIRO, Darcy. Universidade de Brasília. In: _____. (Org). **Universidade de Brasília: Projeto de organização, pronunciamento de educadores e cientistas e Lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1ª reimpressão Ed. Especial, 2012, p. 11-55.

SCHENATO, Vilson Cesar. A síntese entre objetividade e subjetividade mediada pela noção de habitus em Bourdieu. **Perspectivas Sociais**, n. 1, 2011.

SECCHI, L. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

SOUSA, José Vieira de. Universidade de Brasília: do pensamento ao vivido. In: _____. **Educação superior no Distrito Federal: consensos, conflitos e transformações de um campo**. Brasília: Liber Livro/Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, 2013, p. 97-117.

SOUZA, Jacqueline Domienne Almeida de. **Na travessia: assistência estudantil na educação profissional: as interfaces das políticas de assistência social e educação**. 2017. 190 f., il. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/23610>>. Acesso em: 09 abr. 2019.

Universidade de Brasília. **Diretoria de Desenvolvimento Social**. A diretoria. [S.I.], 2016. Disponível em: <<http://www.dds.dac.unb.br/index.php/diretoria-dds>>. Acesso em: 08 fev. 2020.

_____. **Relatório de Gestão Diretoria de Desenvolvimento Social 2016 e 2017**. Disponível em: <[http://www.dds.dac.unb.br/images/Documentos-DDS/Relatorio de Gesto da DDS - 2016 e 2017.pdf](http://www.dds.dac.unb.br/images/Documentos-DDS/Relatorio_de_Gesto_da_DDS_-_2016_e_2017.pdf)>. Acesso em: 14 jun. 2020.

_____. **Diretoria de Desenvolvimento Social**. [S.I.], 2016. Edital N. 02 - 1º/2018. Avaliação Socioeconômica para acesso aos Programas de Assistência Estudantil da Graduação. Disponível em: <<http://www.dds.dac.unb.br/index.php/editais-2018>>. Acesso em: 14 fev. 2020.

_____. **Diretoria de Desenvolvimento Social**. [S.I.], 2016. Edital N. 02 - 2º/2018. Avaliação Socioeconômica para acesso aos Programas de Assistência Estudantil da Graduação. Disponível em: <http://www.dds.dac.unb.br/images/Editais/2018/Edital_2_2018.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2020.

_____. **Calendário Universitário de Graduação por atividades.** Disponível em: <http://saa.unb.br/images/stories/documentos/calendarios/graduacao/cal_atividades/calendario_atividade_1_2018.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2020.

_____. **Calendário Universitário de Graduação por atividades.** Disponível em: <http://saa.unb.br/images/stories/documentos/calendarios/graduacao/cal_atividades/calendario_atividade_2_2018.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2020.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2018-2022.** Disponível em: <http://www.deg.unb.br/images/dtg/cil/legislacoes/Plano_de_Developmento_Institucional_2018-2022.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2020.

_____. **Anuário Estatístico da UnB 2019 Período: 2014 a 2018.** Disponível em: <<http://dpo.unb.br/images/phocadownload/unbemnumeros/anuarioestatistico/AnuarioEstatistico2019.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

_____. **Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2018 e Execução Orçamentária 2017.** Disponível em: <<https://noticias.unb.br/images/Noticias/2017/Documentos/PLOA2018.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2020.

Vicente de Paula Faleiros. In LUIZ, Danuta E. Contoia. (Org.) **Sociedade civil e democracia - expressões contemporâneas.** São Paulo: Veras Editora, 2010, p. 275-303.

ANEXO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado a participar da pesquisa “**Assistência Estudantil em xeque: Conflitos e Condições Determinantes para a Permanência dos Estudantes na Universidade de Brasília – UnB**”, de responsabilidade de Giordani Emanuele Carvalho Lima, estudante de Especialização da *Universidade de Brasília*. O objetivo desta pesquisa é compreender principalmente os **Fatores que determinam a Permanência**, tanto por parte dos discentes (propensões para abandonar os estudos, dilemas e conflitos externos e internos, competitividade, dentre outras condições), quanto por parte da Equipe Gestora e Técnica da DDS (índice de rendimento acadêmico, objetivos, olhar pedagógico), o que de certo modo, se traduz em uma relação de poder. Assim, gostaria de consultá-lo/a sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo/a. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, ficarão sob a guarda do/da pesquisador/a responsável pela pesquisa.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevista semiestruturada e questionário do tipo Google formulário. É para estes procedimentos que você está sendo convidado a participar. Sua participação na pesquisa não implica em nenhum risco.

Espera-se com esta pesquisa contribuir para a melhoria dos serviços prestados pela Universidade de Brasília e a relação entre esta e os discentes. Dessa forma, o conhecimento que será produzido é de suma importância para o entendimento das questões levantadas, contribuindo para futuras intervenções.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Ao assinar este termo, você declara ser maior de 18 anos.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, você pode me contatar através do telefone 61 98151-9348 ou pelo e-mail giotecenf@gmail.com.

A equipe de pesquisa garante que os resultados do estudo serão devolvidos aos participantes por meio de artigos que tratam da temática, podendo ser publicados posteriormente na comunidade científica.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. As informações com relação à assinatura do TCLE ou aos direitos do participante da pesquisa podem ser obtidas por meio do e-mail do CEP/CHS: cep_chs@unb.br ou pelo telefone: 3107 1592.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o/a pesquisador/a responsável pela pesquisa e a outra com você.

Assinatura do/da participante

Assinatura do/da pesquisador/a

Brasília, ____ de _____ de _____.

QUESTIONÁRIO DISCENTES

Pesquisa Assistência Estudantil em Xeque

Prezado (a) Estudante:

Estamos desenvolvendo uma pesquisa que tem como foco os fatores que determinam a Permanência dos discentes na Universidade de Brasília. Essa pesquisa faz parte das atividades do Programa de Pós-graduação Especialização em Políticas Públicas, Infância, Juventude e Diversidade (EPPIJD). O objetivo dessa pesquisa é compreender como os Fatores que determinam a Permanência por parte dos discentes (propensões para abandonar os estudos, dilemas e conflitos externos e internos, competitividade, dentre outras condições).

Vale ressaltar que sua participação se dará de maneira voluntária e que as informações obtidas não serão identificadas, assegurando o sigilo ao longo de toda a pesquisa. Não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há qualquer compensação financeira relacionada a sua participação. Caso concorde, solicitamos o preenchimento do questionário anexo. Desde já, agradecemos a sua colaboração, e estamos à disposição para qualquer informação sobre o desenvolvimento do nosso trabalho.

Atenciosamente,

Professor Dr. Vicente de Paula Faleiros

Discente: Giordani Emanuele Carvalho Lima

Programa de Especialização – EPPJID – CEAM/UnB E-mail para contato:
giotecenf@gmail.com

Perguntas:

- 1- Como você se identifica?
- 2- Qual a sua idade?
- 3- Qual sua raça/cor segundo o IBGE/2010?
- 4- Você é estudante de graduação ou pós-graduação?
- 5- Qual é o seu curso?
- 6- Como você soube da Assistência Estudantil (Diretoria de Desenvolvimento Social – DDS/UnB)?
- 7- Você é participante dos Programas da Diretoria de Desenvolvimento Social – DDS/UnB?

8- Se sua resposta anterior foi sim, de qual(is) Programas você participa? Você pode marcar mais de uma opção.

9- Como você considera o atendimento oferecido pela DDS?

10- Você acha que suas demandas foram suficientemente atendidas na DDS?

11- Você já pensou ou pensa em abandonar a Universidade por causa das suas condições socioeconômicas?

12- Se você respondeu sim à questão anterior, quais motivos te levam a pensar em abandonar os estudos?

13- Qual é a sua percepção sobre o direito dos estudantes mediante a Política de Assistência da UnB?

14- Escreva cinco palavras sobre a Assistência Estudantil pra você, em ordem de importância (do mais importante para o menos importante).

15- Qual é o grau de importância da Assistência Estudantil para a sua manutenção na Universidade?

16- Como você analisa os critérios de seleção para se participar dos programas da DDS?

17- Você enfrentou ou enfrenta algum problema que dificulta a sua permanência na UnB?